



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2013-JFTO

Processo Nº 319/2013 - Pregão Eletrônico SRP Nº 25/2013

Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de 2013, a UNIÃO, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS**, com sede na Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lotes 3 e 4, em Palmas - TO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.446.379/0001-81, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa RICARDO ANTONIO NOGUEIRA PEREIRA, conforme atribuições conferidas pela Portaria nº 260, de 23/08/2011, da Diretoria do Foro da Seccional do Tocantins, a seguir denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.870.575/0001-33, com sede na Av. Elias Yazbek, nº 259, Sítio Primavera, Embu das Artes, São Paulo/SP, CEP 06.803-000, fone/fax: (62) 3281-7200, e-mail: ggelf@giroflexformagoiania.com.br, neste ato, representada pelo Sr. **EDSON PONTES**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de identidade CI/RG 8.509.324-5 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.339.818-28, residente e domiciliado em Goiânia/GO, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem instituir a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 25/2013, cujo objetivo fora a formalização de registro de preços para a aquisição futura de material permanente (poltronas), a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15, inc. II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013, e ainda, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa para fornecimento de Poltronas, para Justiça Federal do Tocantins - **ÓRGÃO GERENCIADOR** e para órgãos não participantes, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 25/2013 e quadro abaixo:

| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | QUANTIDADE REGISTRADA | | VALOR UNIT. REGISTRADO |
|------|--|-----------------------|------------------|------------------------|
| | | ÓRGÃO | | |
| | | GERENCIADOR | NÃO PARTICIPANTE | |
| 07 | POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR EXTRA - ALTO E APOIO DE CABEÇA; COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ASSENTO / ENCOSTO: COM ESTRUTURAS DO ASSENTO E ENCOSTO PRODUZIDOS EM POLIPROPILENO INJETADO, ESTOFADOS C/ ESPUMA DE POLIURETANO, INJETADA E MOLDADA ANATOMICAMENTE, C/ DENSIDADE CONTROLADA DE 68KG/M³ NO ASSENTO E 60 Kg/m³ NO ENCOSTO; COM ESTRUTURAÇÃO INTERNA C/ ESPUMA CONSTITUÍDA DE ARAME DE AÇO ABNT 1008/1020, C/ DIÂMETRO DE 5,00 mm; COM BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO ARREDONDADAS; COM ELEMENTO DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E O ENCOSTO PRODUZIDO EM ALUMÍNIO INJETADO EM ALTA PRESSÃO; COM ENCOSTO C/ REGULAGEM DE ALTURA EM 8 POSIÇÕES, ACIONADA POR MEIO DE PAINEL INTEGRADO AO ENCOSTO, C/ DUPLA MOLDAGEM DE ACIONAMENTO MANUAL; COM ENCOSTO C/ 1047 mm DE ALTURA DO PISO À FACE SUPERIOR DO MESMO; COM ENCOSTO C/ APOIO DE CABEÇA FIXO; COM MECANISMO DE MOVIMENTO SINCRONIZADO DO ENCOSTO E ASSENTO NA RELAÇÃO 2:1, C/ TRAVA DE INCLINAÇÃO EM 6 POSIÇÕES (ESTRUTURA EM ALUMÍNIO FUNDIDO); COM REGULAGEM DE TENSÃO DA MOLA DO MOVIMENTO DE INCLINAÇÃO E REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO COMPOSTO POR PISTÃO A GÁS; COM ASSENTO C/ ALTURA MÍNIMA DE 407 mm DE ALTURA DO PISO AO TOPO DO MESMO E C/ 507 mm NA REGULAGEM DE ALTURA MÁXIMA; COM PROFUNDIDADE DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO DE 450 mm; COM REGULAGEM DE PROFUNDIDADE ACIONADA | 06 | 30 | 4.958,00 |

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

| | | | | |
|----|--|----|-----|----------|
| | <p>MANUAL, EM 3 POSIÇÕES DISTINTAS, C/ PERCURSO DE 50 mm; COM MOVIMENTO DO ASSENTO REGULÁVEL POR SISTEMA DE TUBO SELADO DE GÁS À BASE DE NITROGÊNIO, CONTENDO UMA MOLA AMORTECEDORA DE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA C/ 6 mm DE ESPESSURA; COM BLINDAGEM TELESCÓPICA INJETADA EM POLIPROPILENO.</p> <p>BASE: CONJUNTO FORMADO POR CINCO PÁS DE APOIO PARA FIXAÇÃO DOS RODÍZIOS E UMA FURAÇÃO CENTRAL CONIFICADA PARA ACOPLAMENTO DA COLUNA COMPLETA DO CARTUCHO A GÁS, FABRICADO EM MATERIAL DE LIGA DE ALUMÍNIO (SAE 305), PELO PROCESSO DE INJEÇÃO SOB PRESSÃO E SUBMETIDO A UM PROCESSO DE PRÉ-AFINAMENTO SUPERFICIAL, C/ PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO, CARACTERIZADA PELO PROCESSO DE PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIE METÁLICA POR FOSFATIZAÇÃO À BASE DE ZINCO E REVESTIDA POR PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ.</p> <p>RODÍZIOS: COM RODÍZIOS CONSTITUIDOS POR ROLDANAS DUPLAS C/ MOVIMENTOS INDEPENDENTES, CIRCULARES NA DIMENSÃO DE 50,00 mm DE DIÂMETRO CADA, FABRICADAS EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO POLIAMIDA (PA 6,6) PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, FIXADAS ATRAVÉS DE UM EIXO HORIZONTAL DE AÇO CARBONO ABNT 1005/10, C/ DIÂMETRO DE 6,00 mm, C/ EIXO VERTICAL PRODUZIDO EM AÇO CARBONO ABNT 1003/1010 ZINCADO, C/ 11,00 mm DE DIÂMETRO MONTADO ATRAVÉS DE ANEL ELÁSTICO SOB PRESSÃO À BASE DA POLTRONA.</p> <p>BRAÇOS: COM BRAÇOS FIXOS, C/ ESTRUTURA FABRICADA EM LIGA DE ALUMÍNIO (SAE 305), PELO PROCESSO DE INJEÇÃO SOB PRESSÃO E FIXADOS AO MECANISMO ATRAVÉS DE PARAFUSOS M6 ZINCADOS; COM APOIA BRAÇOS FABRICADOS EM ESPUMA DE POLIURETANO (PU) INTEGRAL SKIN INJETADO.</p> <p>REVESTIMENTO: COM REVESTIMENTO EM COURO NATURAL NA COR PRETA.</p> <p>GARANTIA: COM GARANTI MÍNIMA DE CINCO ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p> <p>MARCA/MODELO : GIROFLEX FORMA /GIROFLEX 64 (F9A76S64C1)</p> | | | |
| 08 | <p>POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR ALTO; COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ASSENTO / ENCOSTO: COM ESTRUTURA DO ASSENTO E ENCOSTO PRODUZIDOS EM POLIPROPILENO INJETADO, ESTOFADOS C/ ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA E MOLDADA ANATOMICAMENTE, C/ DENSIDADE CONTROLADA DE 68 Kg/m³ NO ASSENTO E 60 Kg/m³ NO ENCOSTO; COM ESTRUTURAÇÃO INTERNA CONSTITUÍDA DE ARAME DE AÇO ABNT 1008/1020, C/ DIÂMETRO DE 5,0 mm; COM BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO ARREDONDADAS; COM ELEMENTO DE UNIÃO ENTRE O ASSENTO E O ENCOSTO PRODUZIDO EM ALUMÍNIO INJETADO EM ALTA PRESSÃO; COM ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA EM OITO POSIÇÕES, ACIONADAS POR MEIO DE PAINEL INTEGRADO AO ENCOSTO; COM DUPLA MOLDAGEM DE ACIONAMENTO MANUAL; COM ENCOSTO C/ 975 mm DE ALTURA DO PISO À FACE SUPERIOR DO MESMO; COM REGULAGEM MÍNIMA E 1150 mm DE ALTURA NA REGULAGEM MÁXIMA, MEDIDO PELO MÉTODO DO ENCOSTO NA POSIÇÃO VERTICAL; COM MECANISMO DE MOVIMENTO SINCRONIZADO DO ENCOSTO E ASSENTO NA RELAÇÃO 2:1, C/ TRAVA DE INCLINAÇÃO EM 6 POSIÇÕES (ESTRUTURA EM ALUMÍNIO FUNDIDO); COM REGULAGEM DE TENSÃO DA MOLA DO MOVIMENTO DE INCLINAÇÃO E REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO COMPOSTO POR PISTÃO A GÁS; COM MECANISMO C/ REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE; MOVIMENTO DO ASSENTO REGULÁVEL POR SISTEMA DE TUBO SELADO DE GÁS À BASE DE NITROGÊNIO, CONTENDO UMA MOLA AMORTECEDORA DE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA C/ 6 mm DE ESPESSURA E BLINDAGEM TELESCÓPICA INJETADA EM POLIPROPILENO PARA TOTAL PROTEÇÃO DO MECANISMO.</p> <p>BASE: CONJUNTO FORMADO POR CINCO PÁS DE APOIO PARA FIXAÇÃO DOS RODÍZIOS E UMA FURAÇÃO CENTRAL CONIFICADA PARA ACOPLAMENTO DA COLUNA COMPLETA DO CARTUCHO A GÁS E FABRICADO EM MATERIAL DE LIGA DE ALUMÍNIO SAE 305), PELO PROCESSO DE INJEÇÃO SOB PRESSÃO E SUBMETIDO A UM PROCESSO DE PRÉ-AFINAMENTO SUPERFICIAL; COM TRATAMENTO CONTRA CORROSÃO, CARACTERIZADO PELO PROCESSO DE PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIE METÁLICA POR FOSFATIZAÇÃO À BASE DE ZINCO E REVESTIDA POR PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ.</p> <p>RODÍZIOS: COM RODÍZIOS CONSTITUIDO POR ROLDANAS DUPLAS C/ MOVIMENTOS INDEPENDENTES, CIRCULARES NA DIMENSÃO DE 50,00 mm DE DIÂMETRO CADA, FABRICADAS EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO POLIAMIDA (PA 6,6) PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, FIXADAS ATRAVÉS DE UM EIXO HORIZONTAL DE AÇO CARBONO ABNT 1005/10, C/ DIÂMETRO DE 6,00 mm; COM EIXO VERTICAL PRODUZIDO EM AÇO CARBONO ABNT 1003/1010 ZINCADO, C/ 11,00 mm DE DIÂMETRO MONTADO ATRAVÉS DE ANEL ELÁSTICO SOB PRESSÃO À BASE DA CADEIRA.</p> <p>BRAÇOS: COM BRAÇOS FIXOS; COM ESTRUTURA DOS BRAÇOS FABRICADA EM LIGA DE ALUMÍNIO (SAE 305), PELO PROCESSO DE INJEÇÃO SOB PRESSÃO, E SUBMETIDA A PRÉ-AFINAMENTO; COM APOIA BRAÇOS FABRICADOS EM ESPUMA DE POLIURETANO (PU) INTEGRAL SKIN INJETADO; COM BRAÇOS FIXADOS AO MECANISMO ATRAVÉS DE PARAFUSOS M6 ZINCADOS.</p> <p>REVESTIMENTO: COM REVESTIMENTO EM SIMILICOURO - VINIL MICROPERFURADO DE ALTA QUALIDADE, COMPOSTO POR FORRO DE TECIDO CREEPFANG C/ FIBRAS NATURAIS E SINTÉTICAS, C/ COBERTURA POR RESINA DE CLORETO POLIVINÍLICO RESISTENTE A MOFOS E MICROORGANISMOS; COM ACABAMENTO SUPERFICIAL NATURALMENTE FOSCO COM TEXTURA E MACIEZ IMITANDO COURO NATURAL, C/ ESPESSURA: 1,0 +/- 0,1.</p> | 24 | 120 | 2.857,50 |

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

| | | | | |
|----|---|----|----|-----------------|
| | <p>COR: EM SIMILICOURO NA COR PRETA. GARANTIA: COM GARANTI MÍNIMA DE CINCO ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA / MODELO: GIROFLEX FORMA /GIROFLEX 64 (F8L76S64C1)</p> | | | |
| 09 | <p>POLTRONA FIXA TIPO INTERLOCUTOR, COM BRAÇOS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ASSENTO: COM A ESTRUTURA FORMADA POR UMA MOLDURA EM MADEIRA MACIÇA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 500 X 475 mm (LARGURA X PROFUNDIDADE), QUE DEVE OFERECER SUPORTE A 8 TIRAS DE PERCINTAS MONOELÁSTICAS, ACOPLADAS ATRAVÉS DE SUPORTE METÁLICO DE, NO MÍNIMO, 4,75 mm DE ESPESSURA E PARAFUSOS AUTOATARRAXANTES; ESSE CONJUNTO DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 50 mm DE ESPESSURA, SEM A ESPUMA; COM ESPUMA DE POLIURETANO C/ DENSIDADE MÉDIA DE 50 Kg/m³. ENCOSTO: COM ESTRUTURA FORMADA POR UMA MOLDURA EM MADEIRA MACIÇA MEDINDO APROXIMADAMENTE 500 X 380 mm (LARGURA X ALTURA), QUE DEVE OFERECER SUPORTE A 5 TIRAS DE PERCINTAS DE NÁILON DE APROXIMADAMENTE 60 mm DE LARGURA, ACOPLADAS ATRAVÉS DE SUPORTE METÁLICO DE, NO MÍNIMO, 4,75 mm DE ESPESSURA E PARAFUSOS AUTO - ATARRAXANTES; ESSE CONJUNTO DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 50 mm DE ESPESSURA, SEM A ESPUMA; COM ESPUMA DE POLIURETANO C/ DENSIDADE MÉDIA DE 50 Kg/m³. BRAÇOS / BASE: COM A ESTRUTURA EM BARRAS DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, DE ½"X1½" SOLIDÁRIAS À FORMAÇÃO DOS BRAÇOS, DE TAL FORMA QUE SEJA UM SUPORTE PARA RECEBER O ASSENTO E O ENCOSTO; COM AS SOLDAS INOX PASSANDO POR POLIMENTO ESMERADO E DESENVOLVIDAS PELO PROCESSO MIG; COM OS APÓIA BRAÇOS C/ O MESMO REVESTIMENTO DO ASSENTO E DO ENCOSTO. REVESTIMENTO: EM SIMILICOURO - VINIL MICROPERFURADO DE ALTA QUALIDADE, COMPOSTO POR FORRO DE TECIDO CREEPFANG C/ FIBRAS NATURAIS E SINTÉTICAS, C/ COBERTURA POR RESINA DE CLORETO POLIVINÍLICO, C/ ACABAMENTO SUPERFICIAL NATURALMENTE FOSCO, C/ TEXTURA E MACIEZ IMITANDO COURO NATURAL, ESPESSURA: 1,0 +/- 0,1 mm. COR: PRETA. GARANTIA: COM GARANTIA MÍNIMA DE CINCO ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. MARCA/MODELO: GIROFLEX FORMA /BRNO CÓDIGO 12..255</p> | 12 | 60 | 3.440,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS, localizada em Palmas - TO, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo Único – qualquer órgão ou entidade de qualquer esfera da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no Capítulo IX do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Material e Patrimônio, obriga-se a:

- gerenciar a presente ATA, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- convocar os particulares, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ATA e retirada da nota de empenho;
- observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação do preço registrado, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

- e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- f) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ATA;
- g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;
- h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, da presente ATA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

- a) tomar conhecimento da presente ATA, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- c) O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá contatar a empresa fornecedora que consta desta ARP quanto ao interesse em fornecimento de bens, observando-se que todo fornecimento não poderá prejudicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR sob qualquer pretexto;
- d) verificar a conformidade das condições registradas na presente ATA junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- e) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;
- f) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- g) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ATA, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

O FORNECEDOR REGISTRADO obriga-se a:

- a) assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- b) retirar a respectiva nota de empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- c) informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ATA;
- c) entregar os bens solicitados nos prazos estabelecidos no termo de referência (anexo I do edital de licitação Pregão Eletrônico SRP nº 25/2013-JFTO);

- d) fornecer os bens conforme especificações e preço registrado na presente ATA;
- e) entregar os bens solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ATA;
- f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ATA;
- g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ATA;
- i) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ATA;
- j) pagar, pontualmente, editoras / fornecedor (es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos bens entregues, com base na presente ATA, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
- k) manter, durante e vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) arcar com as despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega.
- m) fornecer, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades estimadas para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preço terá vigência de 01 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 23/12/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de ordem bancária, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do atesto da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura com indicação da conta corrente e respectiva agência bancária, à qual deverá ser atestada pelo(a) Supervisor(a) da Seção de Material e Patrimônio desta Seção Judiciária, ou outro servidor designado;

Parágrafo Primeiro – na forma do disposto na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pelas Instruções Normativas SRF nºs 539, 706, 765 e 791, respectivamente, de 25/abril/2005, 09/janeiro/2007, 02/agosto/2007 e 10/dezembro/2007, serão retidos, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica -IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a Seguridade Social -COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o pagamento efetuado ao (s) FORNECEDOR (ES). Outros tributos também poderão ser retidos, de acordo com a legislação em vigor, se for o caso;

Parágrafo Segundo – caso o FORNECEDOR REGISTRADO seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, este não ficará sujeito à retenção prevista no subitem anterior. Para tanto, deverá apresentar declaração na forma do anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, em duas vias assinadas pelo seu representante legal, ao tempo que será verificado por servidor da Seção Judiciária do Tocantins junto ao sítio da Secretaria da Receita Federal do termo de opção de que trata a Instrução Normativa SRF nº 608, de 09/janeiro/2006, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro – o pagamento da fatura/nota fiscal só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e com a Justiça do Trabalho - CNDT;

Parágrafo Quarto – havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Justiça Federal – TO procederá à atualização financeira diária de seus débitos, através da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$R = V \times I$ onde: R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGP-DI (FGV) dos últimos 12 meses.

Parágrafo Quinto – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ATA, c/c o disposto no item 18 do edital de licitação Pregão Eletrônico SRP nº 25/2013;

Parágrafo Sexto – nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR REGISTRADO, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta ATA não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

O preço, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ATA, serão publicadas no Diário Oficial da União, Seção 3, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REVISÃO DO PREÇO

A preço registrado nesta ATA será fixo durante a sua vigência, podendo, entretanto, ser admitida a revisão, na forma disciplinada no Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DOS ITENS

Para efeito de verificação da conformidade do material entregue, esta Seção Judiciária efetuará o recebimento da seguinte forma:

Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto deste instrumento (preço x preço), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua entrega pelo FORNECEDOR REGISTRADO;

Definitivamente – mediante atesto na (s) Nota (s) Fiscal (ais), depois de decorrido o prazo fixado para o recebimento provisório e em sendo aceito o bem entregue, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente. Os materiais serão rejeitados, caso não estejam em conformidade com a proposta apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ATA;
- b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ATA;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa à presente ATA;
- e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- f) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR REGISTRADO, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas nesta ATA, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo Único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Juiz Federal Diretor do Foro do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ATA, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu (s) ato (s) ensejar (em):

- a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
- b) multa de 7% (sete por cento) calculada sobre o valor total registrado em favor do particular inadimplente, para os casos de reincidência em infrações anteriormente punidas com pena de advertência;

- c) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total registrado em favor do particular inadimplente, nos casos de infrações graves que acarretem o cancelamento ou suspensão do presente Registro de Preços;
- d) suspensão temporária de participação em certame licitatório e impedimento de contratar com o órgão gerenciador e participante deste Registro de Preços pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese prevista na alínea anterior(cumulativamente);

Parágrafo Único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente ATA vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Processo Administrativo Nº 319/2013-SJTO;
- b) Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 25/2013-JFTO e anexos;
- c) Proposta Comercial da FORNECEDORA, com data de 14/11/2013;
- d) Ata da sessão do Pregão Eletrônico SRP Nº 25/2013.

Parágrafo Único – os casos omissos deste ajuste serão resolvidos de acordo com os termos da legislação pertinente a contratações firmadas pela Administração Pública, vigente à época.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito pelas partes o Foro Federal de Palmas - TO para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste instrumento, com renúncia de qualquer outro.

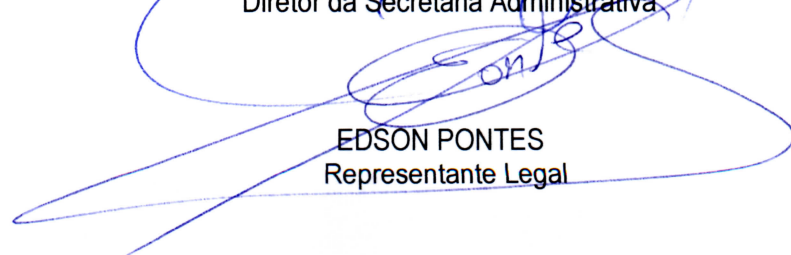
E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palmas – TO, 23 de dezembro de 2013.

Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR


RICARDO ANTONIO NOGUEIRA PEREIRA
Diretor da Secretaria Administrativa

Pelo FORNECEDOR REGISTRADO


EDSON PONTES
Representante Legal